

como Conselheiro que se consigne em na Ata da presente Reunião o relato circunstanciado e que ele e o Conselheiro Natanael estiveram na Reunião Regionalizada do CNAS em Belo Horizonte, e ambos solicitam consignar em ata o relato circunstanciado de Representação. Não houve manifestação contrária. Seguem os relatos: Resumo do Relato Circunstanciado de representação do COMAS/SP na Reunião da Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência Social – 2015 e Comissões – 11 a 14.5.2015 – Brasília – Conselheiro Carlos Nambu (Não substitui as publicações oficiais) - 1) Avaliação da Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS – Brasília – 16.4.2015 – Relato apresentado pelos Conselheiros representantes do COMAS/SP no referido evento. 2) Avaliação da 1ª Teleconferência sobre o início do processo de Conferências – Os Conselheiros da Comissão não tiveram possibilidade de assistir a apresentação e não houve avaliação. -Previsão de Teleconferência em Agosto referente aos processos das Conferências Estaduais e em Novembro do processo da Conferência Nacional. 3 e 4) Apresentação da Relatoria – Plano de trabalho das etapas municipais, estaduais, DF e Nacional – Convidados presentes na reunião da Comissão: Prof. Célio, Prof. Carlos Ferrari, Profª Maria Luiza e Profª Márcia Lopes. / Validação dos instrumentais para as Conferências Municipais. Convidados presentes na reunião da Comissão: Prof. Carlos Ferrari, Profª Maria Luiza e Profª Márcia Lopes. Processo de Orientação: Serão parte integrante do Informe CNAS 5/2015 – Instrumental 1 – Avaliação do SUAS nos Municípios e Registro de realização das Conferências. Na avaliação do SUAS considerou-se 5 dimensões relacionadas ao Eixo norteador para contribuir no processo de discussão. Instrumental 2 – Registro das Deliberações: Em nível Municipal e Estadual o direcionamento será voltado às prioridades, mas com ênfase às diretrizes do Plano Decenal. Focos principais referentes ao Tema: Conferir a implantação do SUAS e a garantia dos direitos, Avaliação Técnico-Política da implementação do SUAS e Centralidade da Mobilização à participação. *Papel das Comissões Organizadoras: Produção de documento avaliativo. Etapas da Conferência Municipal: a) Etapa de Mobilização (Conferir implementação do SUAS) e Subsídio aos Usuários, Trabalhadores de Assistência Social, Fórum de Trabalhadores do SUAS, Entidades, Políticas Públicas Transversais, Órgãos e Autoridades, Sindicatos,... b) Etapa de Pré-Avaliação do SUAS (Qual o estágio do SUAS?) c) Etapa das Pré-Conferências e/ou encontros preparatórios (Qual o estágio do SUAS?) d) Etapa da Conferência Municipal (Exposição avaliativa do Gestor - Qual o estágio do SUAS?) e) Etapa de Registro e Avaliação da Conferência Municipal. As avaliações do SUAS estarão dentro do contexto do Pacto Federativo. Os instrumentais não se sobrepõem aos subtemas com direcionamento de perguntas para reflexão. 5) Apresentação da proposta de logomarca da X Conferência Nacional de Assistência Social pela ASCOM/MDS – A Comissão remete esse ponto de pauta para deliberação do Pleno evitando correr o risco de não aprovação. 6) Diálogo sobre a cobertura das Conferências Municipais das capitais, Estaduais, DF e Nacional – ASCOM/SNAS. O Sr. Márcio, Chefe da ASCOM, solicita contribuições da Comissão para posterior apresentação do Plano no mês de junho. Coloca da limitação de Equipe (30 pessoas entre jornalistas, publicitários, relações públicas,...). Solicita apoio dos Conselhos Municipais , Estaduais, DF e Nacional. Enfatiza que será necessário selecionar Municípios e Estados. Ressalta o limite institucional expandindo sobre a utilização do INFOSUAS e as informações das Conferências. Os Conselheiros apresentaram o que esperavam da Comunicação. Coloca a importância de interlocução do FONSEAS e CONGEMAS com a ASCOM (Parceria). Será realizado diálogo com a SECOM – Presidência da República e surgiu a proposta de contribuição da Ouvidoria do Ministério. 7) Distribuição de Delegados Municipais e Estaduais para a X Conferência Nacional de Assistência Social. Verificada a pendência de realinhamento do critério de delegados para o DF que foi baseado no critério populacional, conforme PNAD 2013. A população do DF para cálculo é de 2.800.812 habitantes – 1,4% da população. O total de Delegados será de 1314, sendo 1116 Municipais, 18 do DF e 180 Estaduais, mantendo-se o número de 86 delegados municipais para o Estado de São Paulo e, 12 Delegados Estaduais. 8) Posição do CNAS sobre a participação dos Trabalhadores do SUAS nas Conferências. Lidas as Orientações Técnicas do MDS/SNAS/DGSUAS sobre Trabalhadores(as) do SUAS com leituras jurídicas do tema; Posicionamento do FNTSUAS de 14/6/2013 manifestando que os Trabalhadores do SUAS devem ter o reconhecimento desde o credenciamento à eleição dos delegados(as), Plena participação, Representação dos Trabalhadores do SUAS na Sociedade Civil, Reconhecimento do Fórum de Trabalhadores e a escolha dos Trabalhadores entre seus pares; Nota do CNAS de 2013 que aponta o reconhecimento dos Trabalhadores do SUAS. Na proposta da Comissão a Nota do CNAS aponta para representação dos Trabalhadores do SUAS (PP e SC) no Segmento da Sociedade Civil. 9) Preparação da Participação e Representação do CNAS nas Conferências Municipais, DF e Estaduais. Será construída uma apresentação única para as representações incluindo a Metodologia do processo conferencial. 10) Apresentação da Minuta da Orientação CNAS 4/2015. Proposta de reordenamento das informações para melhor entendimento dos Municípios, incluindo-se as informações sobre os Estados e a definição referente aos Trabalhadores do SUAS nas Conferências. E dentro desse reordenamento constarão as informações já publicadas e deliberadas que não constaram nos Informes anteriores, Posição do CNAS referente à Representação e Representatividade (Entidades, Trabalhadores e Usuários), Representação dos Municípios, Critério de Distribuição de Delegados, Logomarca e a justificativa da não participação de observadores relacionadas à uma Conferência Nacional mais técnica-política com menor número de participantes. 11) Informação da Secretaria Executiva sobre tramitação do Termo de Referência da X Conferência Nacional de Assistência Social. Está em processo de revisão e adequações conforme modelo da A.G.U. e no aguardo da Metodologia para finalização. 12) Demandas recebidas sobre o processo de Conferências – Anúncio o recebimento de Ofício do COMAS/SP justificando e solicitando a dilatação de prazo para o CONSEAS/SP. 13) Na reavaliação do Calendário de Reunião da Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência Social, o mesmo foi mantido, independente das reuniões realizadas pela Equipe de Relatoria que terão representação nas Reuniões da Comissão. Junho – 15 e 16 / Julho – 20 e 21 / Agosto – 10 e 11 / Setembro – 14 e 15 / Outubro – 19 e 20 / Novembro – 09 e 10 / Dezembro – 6. Na reunião da Comissão de Políticas Públicas foi realizada pela SNAS, o status do Pacto de Aprimoramento do SUAS Municipal referente à Proteção Social Básica, conforme anexos. E reunião Conjunta de Políticas Públicas e Acompanhamento aos Conselhos ocorreu a discussão da Representação e Representatividade dos Trabalhadores do SUAS e Usuários foi remetida para a Reunião da Comissão no mês de Junho/2015, após consulta com demais atores dos Segmentos, em vista da revisão das Resoluções CNAS 23 e 24/2006. A Equipe de Relatoria da Comissão apresentou no primeiro dia do Plenário do CNAS os 3 Subtemas da X Conferência Nacional de Assistência Social para discussão, com foco no enfrentamento das situações de desproteções sociais e a cobertura dos serviços, benefícios, programas e projetos nos territórios (Profª Maria Luiza), o Pacto Federativo e a consolidação do SUAS (Profª Márcia Lopes) e o fortalecimento da participação e do controle social para a gestão democrática (Prof. Carlos Ferrari) na relação com o Eixo Norteador: As diretrizes para o SUAS nos próximos dez anos: Plano Decenal 2016-2026 e, as dimensões de reflexão apontadas na Metodologia e Instrumentais. Relato circunstanciado de Representação do COMAS/SP na Reunião Regionalizada do CNAS – Sul Sudeste – Conselheiros Carlos Nambu e Natanael de Jesus Oliveira - 23 e 24.4.2015 Cidade Administrativa – Edifício Minas – 9º andar - Rodovia Prefeito Américo Gianetti s/nº - Serra Verde – Belo Horizonte – MG (Não substitui a publicação oficial) Mesa de Abertura – Simone Albuquerque – Vice Presidenta do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais e Subsecretária da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, Edivaldo da Silva Ramos – Presidente do CNAS, André Quintão - Deputado Estadual e Secretário da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Rosilene Rocha – Secretária Adjunta da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de Minas Gerais e Maria Alves – Presidenta do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais (Representando a Sociedade Civil – Segmento de Usuários). Os pronunciamentos se voltaram para apresentação da Gestão da Assistência Social no Estado de Minas Gerais em relação à temática do Controle Social e dificuldades deixadas pela Gestão anterior do Governo. Num segundo momento os Conselhos Estaduais realizaram apresentação do Controle Social dos respectivos Estados. Minas Gerais – Colocou os desafios do Controle social da Gestão dos Estados com os Municípios e que ainda há um vínculo de dependência da Gestão e Conselho com uma correlação de forças que se manifesta conforme a Gestão. Cita a necessidade de compreensão da diversidade Regional. Ressaltando a dificuldade de Representação e Representatividade que ainda não é um ponto claro diante das decisões no Conselho. E fala do Monitoramento das Deliberações das Conferências. Espírito Santo – Apresenta o desafio da Capacitação Permanente na Gestão Estado-Município. E coloca a dificuldade para realização da conferência diante da mudança de Governo e de Recursos Humanos. Paraná – Realiza trabalho conjunto Sociedade Civil e Governo e o ponto positivo da descentralização da Sociedade Civil no Conselho, bem como da Conferência. Cita o mesmo relato da Reunião Regionalizada Sul Sudeste do Rio de Janeiro enviado aos Conselheiros, com a ênfase dos FOREAS – Fóruns Regionais de Assistência Social e, Capacitação por meio de Escritório Regionais conjuntos com a CIB e CEDECA. O grande desafio ainda permanece que são os acompanhamentos dos 399 municípios, sendo que 312 são de Pequeno Porte 1. Rio Grande do Sul – Coloca a falta de um Plano de Acompanhamento dos Conselhos Municipais, a baixa dotação orçamentária e a dificuldade do seu acompanhamento. O Setor de Vigilância Socioassistencial é formado somente por um funcionário. A Comunicação necessita de aprimoramento com maior divulgação do Conselho. Cita como avanços o Ciclo de debates com os CMAS. E ressalta que não há normativa para o repasse do Fundo Estadual para o Fundo Municipal. Santa Catarina – Informa a atualização da Lei de Criação do Conselho que é de 1995 e do Regimento Interno. Colocou sobre a conquista da garantia de aumento de percentual para o Orçamento da Assistência Social. Citou que tem 295 municípios, sendo que 80% são de Pequeno Porte 1. São Paulo – Apresentou somente a estrutura, composição e atribuição do Conselho. Dando ênfase para as Capacitações Regionais realizadas em 2014 e a discussão para alteração da Lei de Criação do Conselho. A nossa participação foi focada na Oficina 1 – Controle Social: Mecanismo de mobilização para participação dos Usuários, Trabalhadores e Entidades do SUAS e processo de interação e integração entre Conselho e Gestão local, tendo em vista o processo das Conferências e da discussão do Regimento Interno, bem como Processo Eleitoral. No período da manhã Simone aborda a discussão da representação e representatividade de Usuários e Trabalhadores, focado na Resolução CNAS 23 e 24/2006 e NOB SUAS 2012, bem como das Entidades previstas na Resolução 1917/2005, Decreto Federal 6308/2007 e Resolução CNAS 14/2014. Enfatizando na Resolução CNAS 14/2014, o Pacto Federativo e a questão da não inclusão de instância recursal das Entidades e/ou Organizações em Nível de Conselhos Estaduais de Assistência Social, que tem a inscrição indeferida no CMAS, conforme a Resolução citada. Andréia do Conselheira do Conselho Estadual de Assistência Social apresenta a criação dos “CORAS” – Conselhos Regionais de Assistência Social que, por meio da descentralização do Conselho, possibilitou uma dinâmica de maior participação dos Trabalhadores e Usuários e o encaminhamento das demandas Regionais, devido ao grande número de Municípios (823). Os Conselhos Regionais possibilitaram a representação das Regiões no CEAS. Sávio – Técnico da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte - Fala sobre a participação dos Usuários na política de Assistência Social. Apresenta a experiência de Belo Horizonte iniciando com uma contextualização sociológica abordando os seguintes pontos: Abolição da Escravatura, Constituição Federal - Atraso de 100 anos para os Direitos Sociais, Democracia x Ditadura, Patrimonialismo, Neoliberalismo, Fisiologismo Político e Voluntariado. Cita a Resolução CMAS/BH 023 publicado no Diário Oficial do Município de 12 de Dezembro de 2013 que trata da regulamentação da participação dos Usuários e estabelece como competência do CMAS/BH instituir e regulamentar o funcionamento dos Conselhos Regionais de Assistência Social (CORAS) e das Comissões Locais de Assistência Social (CLAS). Enfatiza as ações do Conselho em 2014: 9 Plenárias Regionais com Usuários do CRAS e CREAS, 9 Plenárias Regionais com Trabalhadores do SUAS, 1º Encontro Municipal de Usuários do SUAS e 1º Encontro Municipal dos Trabalhadores do SUAS. Foi colocado pela maioria dos participantes da Oficina, a infelicidade da citação de que as Entidades e Trabalhadores são do Poder Público, citando somente ações dos atores Governamentais. No período da tarde do segundo dia, o Presidente do CNAS Edivaldo da Silva Ramos reproduziu as informações da X Conferência Nacional de Assistência Social, informado nos Relatos da Reunião do CNAS de Abril/2015 e da Reunião Descentralizada do CNAS realizada em Brasília, sem grandes novidades e a informação da definição de Metodologia e Instrumental em Maio/2015, na próxima reunião do Conselho Nacional. Conselheiros - Representantes do COMAS/SP. Carlos Nambu e Natanael de Jesus Oliveira. A Presidenta Cassia esclarece qual é a participação do COMAS no CNAS, e sua importância, uma vez que houve manifestação de que se seria realmente necessária a ida de conselheiros ao CNAS, e exemplificou algumas intervenções na plenária. E que na mais recente houve a oportunidade de contribuir com o debate referente a quem é o trabalhador do SUAS, esclarecendo que este conselho já se manifestou e deliberou seu posicionamento referente a matéria. Outro fato possível de ser tratado juntamente com a equipe do FNAS e Comissão de Orçamento foi relacionado ao pedido do Sr. Ricardo a este conselho, sobre dúvidas no que diz respeito ao atraso no repasse dos recursos federais a esta cidade. Quando oportunamente no CNAS esclareceram que houve medida do MDS de priorizar os municípios que estão com menos recursos federais nos respectivos fundos municipais, portanto, os municípios que tem execução total serão os primeiros a terem os recursos em conta, e os que tem recursos em caixa que não foram empenhados, e estes tiveram repasses depois. Esclareceu que São Paulo teve seu repasse, e as equipes estão trabalhando para que os valores sejam empenhados com agilidade, para evitar esses transtornos, mas ressalta que as prioridades do Federal estabelecidas são de quem tiver menos recursos no fundo é que receberão primeiro. O Sr. Ricardo alerta para que haja atenção deste conselho evitando transtornos que repercutem nos usuários, em especial os da população de rua. O Sr. Allan questiona sobre os números de vagas para a Conferência Nacional destinadas para a cidade de São Paulo e, se existe algum posicionamento deste conselho referente aos critérios adotados pelo CNAS, pois acredita ser necessário o debate sobre os critérios estabelecidos, que precisa considerar, não somente dimensões, mas as especificidades deste município. O Vice-Presidente Carlos Nambu esclareceu que o COMAS está aguardando as definições do Estado, uma vez que o CNAS fez recomendações de critérios aos estados com indicativo de sejam divulgados antecipadamente, que serão adotados ou não pelos CEAS. Pode ser que o CONSEAS agregue as recomendações ou não. O Sr. Allan sugere que este conselho se posicione quanto os critérios para a definição das vagas e delegados, e que haja mudança de critérios, levando em consideração toda a realidade desta me-

tropole. Presidenta Cassia reforça que estando no CNAS já foram levadas algumas posições deste conselho no que diz respeito a cota de vagas para a capital de São Paulo. O encaminhamento deste conselho é que este debate seja pauta da Comissão de Monitoramento das Deliberações da Conferência, que terá a atribuição de apresentar propostas de encaminhamentos para serem avaliadas e deliberadas por este conselho. A Presidenta Cassia informa que o Vice-Presidente Carlos Nambu recebeu convite do Instituto Viva Melhor para fazer palestra sobre Controle Social e as Conferências, como não foi possível tratar desse assunto no CDA, traz para o pleno a indicação de que ele participe deste evento revestido de representação deste conselho. Não houve manifestação contrária, contudo, a Presidenta esclarece que se houver interesse de conselheiros, poderão acompanhá-lo neste evento. Não houve manifestação, ficando apenas a indicação do Vice-presidente. O Conselheiro Natanael sugere revisão do Calendário deste conselho, tendo em vista que as datas das reuniões estão conflitando com eventos onde terão a participação dos conselheiros que também precisarão compor as comissões. A Presidenta Cassia enfatiza que será importante ter a colaboração e participação de todos nos diversos eventos, e que precisaremos estabelecer uma escala de participação, e garantir que as comissões não parem suas atividades. A sua sugestão é que façamos um calendário e cada conselheiro indique onde poderá estar, de forma a garantir que haja participação de todos em todos os espaços. O CDA fará uma planilha e quadro de datas e participações para disponibilizar para os conselheiros, e desta forma garantir essa participação e o bom funcionamento do conselho. A manifestação do pleno foi favorável, contudo para que haja tempo hábil de todos participarem desse movimento de escolha a Conselheira Claudia propõe que a reunião do CDA seja antecipada, e aconteça no dia 03 de junho na parte da manhã, e não mais no dia 12 de junho, para que se possa montar a planilha, de forma a garantir a participação dos conselheiros nas 5 audiências do Conferir, e desta forma os conselheiros poderão se candidatar a ir na comissão e os que poderão participar das audiências. Todos foram favoráveis, ficando, portanto, alterada a reunião do CDA que acontecerá no dia 12 de junho, para dia 03 de junho. A Secretaria Executiva fará o comunicado de alteração. O Conselheiro Clodoaldo, diante da solicitação do CDA de mudança de horário para atender a necessidade da Comissão Organizadora Central, considerando que existem membros do CRI que fazem parte desta comissão organizadora central, e que só poderá se reunir nos dias em que acontecem a reunião da CRI, se posiciona com a seguinte proposta da CRI: realizar encontros quinzenais para dar continuidade e recomendação das inscrições neste conselho das entidades, e que os mesmos sejam na parte da tarde, revezando os dias da Plenária, e quem puder se reunir nas terças-feiras na parte da manhã, e não façam parte da comissão organizadora central das Conferências, fica acordado que poderá analisar processos, adiando para o encaminhamento no dia das reuniões quinzenais da CRI. A Plenária se manifestou favorável a proposta da CRI de encontros quinzenais, na parte da tarde, quando não houver plenário, e quinzenalmente na parte da manhã, os que não estiverem na comissão de conferência, manterão as reuniões. Contudo, na parte da manhã, não contará com quem estiver na comissão da conferência. Não houve informes da Secretaria Executiva para este pleno. A seguir a pauta 8 - Relatos das Comissões, iniciando pela Comissão de Finanças e Orçamento – CFO, com a apresentação para deliberação da Plenária do Demonstrativo da Execução dos Recursos Federais em 2014. Compareceram a este Conselho a Sra. Adriana, representando a SMADS, da contabilidade e orçamento e o Sr. Adriano Coordenador. A Sra. Adriana apresentou os dados informados no SUAS WEB referente a prestação de contas dos recursos federais (2014). Informou que os recursos federais são divididos nos Pisos de Proteção Social Básica e Especial. Bloco da Proteção Básica, Especial, Programas e Apoio a gestão. Piso de proteção Básica saldo anterior R\$ 1.189.334,41, valores recebidos em 2014 R\$5.928.000,00, e que houve rendimento de aplicação financeira no montante de R\$ 182.371,15, totalizando a receita de R\$ 7.299.705,56. As despesas somam o total de R\$ 7.170.789,55, sendo que destes, R\$ 6.137.493,57, ficando como restos a pagar R\$ 1.033.295,98. Saldo na conta em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 1.162.211,99. Saldo a reprogramar na conta 8.802-1 é de R\$128.916,01. A conta 9.449-8, referente ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos tiveram de saldo a reprogramar R\$ 877.981,83, dos R\$ 9.100.743,99 valor repassado, e que portanto, foram gastos R\$ 8.222.762,16. Os recursos federais repassados para o ACESSUAS, foram no montante de R\$ 1.612.159,50, não foram utilizados, e esta com saldo a ser reprogramado. Quanto ao repasse destinado a aplicação dos questionários do BPC de R\$ 59.107,45, também será reprogramado. O Piso fixo de média complexidade, PFMC, teve como receita total repassada de R\$ 7.733.829,04, e destes foram gastos 6.073.649,48, sendo necessário reprogramar o total de R\$ 920.075,98. O piso de Alta complexidade I (PAC I), utilizados nos serviços de acolhimento para vítimas de violência, totalizaram R\$ 4.896.826,22, sendo que não utilizado R\$ 4.311.175,12, a ser reprogramado. Piso de Alta complexidade I (PAC II), destinados para os serviços de acolhimento para pessoas em situação de rua, totalizaram R\$ 14.481.195,72, sendo que foram utilizados R\$14.291.017,13 e serão reprogramados R\$ 190.178,59. O repasse para o PETI, totalizaram R\$ 105.584,03, que não foi utilizado e será reprogramado. As verbas federais para o APRIMORA REDE totalizaram R\$ 16.200, que será reprogramado. IGD Bolsa e IGD SUAS também terão saldos a serem reprogramados, sem IGD Bolsa R\$2.077.862,66 dos R\$ 16.836.900,33, e IGD SUAS será reprogramado R\$ 228.700,91 dos R\$ 1.061.754,02. Apresentou o quadro de metas físicas e a execução dos recursos, e o resumo total das verbas federais, despesas e reprogramação. O repasse federal para o Município foi no montante de R\$ 45.305.411,51, sendo as despesas serão de R\$ 37.274.151,59, sendo que será reprogramado R\$ 8.031.259,92. O Conselheiro Natanael esclarece que a comissão recomenda que seja solicitada a SMADS informações de onde serão utilizados os recursos PETI, ACESSUAS, APRIMORA REDE que serão reprogramados. A recomendação é pela aprovação do demonstrativo, foi colocado em regime de aprovação e a plenária aprovou a prestação de contas dos recursos federais de 2014. Ainda sobre essa pauta, o Conselheiro Natanael informou que o conselho precisa se manifestar quanto as perguntas encaminhadas pelo MDS, e que é da competência do COMAS responder no sistema online. A conselheira Marília avalia que a resposta da pergunta 1: O Conselho acompanha a elaboração do orçamento da Assistência Social? Onde a CFO recomendou de responder que sim, mas em determinados períodos, na opinião dela a mais adequada seria responder que este conselho acompanha com frequência, contudo, o Conselheiro Natanael defende que o Conselho neste item não acompanha com frequência, e sim em determinados períodos, houve o debate, sendo mantida a proposta que a CFO encaminhou, defendida pelo Conselheiro Natanael. Tendo em vista que houve intenso debate sobre o item, a Presidenta Cassia sugere que a CFO apresente uma metodologia para apresentar a este conselho, de forma a garantir que o acompanhamento seja com frequência, e que após aprovação do plenário será encaminhado para a SMADS, de forma que possamos avançar no controle social da cidade no que diz respeito aos recursos da Assistência Social. Proposta de encaminhamento da Presidenta Cassia, questionar ao MDS perguntar o que significa o que é acompanhar a elaboração do orçamento da Assistência Social, e proposta para que se apresente uma metodologia para ser apresentada pela SMADS. A Presidenta pergunta se tem mais alguma pergunta que tenha dúvida, ou questionamento. Não havendo mais questionamentos, optou-se por manter a resposta da primeira pergunta como foi apresentado, ou seja, "em determinados períodos". A Presi-

denta solicita a leitura da minuta de resolução Relatórios do Demonstrativo de 2014. A mesma foi lida pela Conselheira Gabriela: RESOLUÇÃO COMAS - SP Nº XXX DE 26 DE MAIO DE 2015, Dispõe sobre aprovação da Prestação de Contas dos Relatórios do Demonstrativo 2014 referente a Execução dos Recursos Federais do período de 01/01/2014 à 31/12/2014. O Plenário do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO - COMAS-SP, no uso das competências que lhe conferem a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei Federal nº 12.435 de 06 de julho de 2011; a Lei Municipal nº 12.524, de 1º de dezembro de 1997; o Decreto nº 38.877, de 21 de dezembro de 1999; o artigo 3º, o inciso XV, da Resolução COMAS-SP nº 568/2012 de 09 de fevereiro de 2012 (Regimento Interno), reunido ordinariamente em 26 de maio de 2015, RESOLVE: Artigo 1º - Aprovar a Prestação de Contas dos Relatórios do Demonstrativo 2014 referente a Execução dos Recursos Federais do período de 01/01/2014 à 31/12/2014, conforme anexo I. Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação. Assinado: CÁSSIA GORETI, Presidenta do COMAS/SP. O Vice-Presidente Carlos Nambu perguntou qual será o conteúdo do anexo 1, e o Conselheiro Natanael esclareceu que é o material apresentado e que foi encaminhado aos Conselheiros. A Presidenta Cassia submeteu a aprovação, não havendo manifestação contrária a matéria foi aprovada pelo pleno. Agradecida a presença da Adriana e Leandro, Coordenador da Assessoria Técnica Financeira. A Presidenta Cassia esclarece que, tendo em vista a mudança do conselho diretor, e por não haver tempo hábil de mudar a senha para aprovação do conselho no sistema do MDS da prestação de contas de 2014, será utilizada a senha do Conselheiro Carlos Nambu, que hoje está na Vice-Presidência. Havendo também a concordância da plenária para essa providência. O Conselheiro Natanael solicita a inserção do relato da CFO do dia 21 de maio na ata desta plenária. O Conselheiro Natanael apresenta a segunda pauta trazida pela CFO, que é referente ao CEDESP, que teve adequação, com a mudança do convênio no mês de dezembro, onde houve redução de custos no RH, contudo, por ser verba já prevista para o serviço, ele propõe que seja apresentada a proposta deste conselho para a SMADS de utilizar o valor excedente dos recursos nos CJs com Perfil CEDEPS, ou no processo da XI Conferência Municipal de Assistência Social, ou ainda na capacitação dos CCAS. O Vice-Presidente Carlos Nambu sugere primeiramente que seja direcionado para a Conferência, em segunda hipótese nos CJs e por último nos CCAs e no caso da SMADS não tenha como atender a essa sugestão do COMAS, a proposta é do oficial solicitando informações de onde serão aplicados e a justificativa de não poder atender ao solicitado por este conselho. A secretaria executiva providenciaria o ofício, incluindo no texto esta proposta. Memória da Reunião Ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento – CFO, dia: 21/05/2015, das 09h30 às 12h00, Conselheiros Presentes: Sociedade Civil: Natanael de Jesus Oliveira. Conselheiros Ausentes: Maria Aparecida Nery da Silva. Assessoria Técnica: (Secretaria Executiva): Nilda e Susana. Convidados: Adriana e Leandro representantes da SMADS. Pauta: 1) Prestação de Contas dos Relatórios do Demonstrativo 2014 referente a Execução dos Recursos Federais do período de 01/01/2014 à 31/12/2014. O Conselheiro Natanael informou aos presentes que esta como Coordenado Interino até a publicação no Diário Oficial dos Conselheiros do Poder Público. Logo em seguida os representantes da SMADS Adriana e Leandro deram início a apresentação Prestação de Contas dos Relatórios do Demonstrativo 2014 referente a Execução dos Recursos Federais do período de 01/01/2014 à 31/12/2014 os presentes fizeram alguns questionamentos e foram respondidos pelos representantes da SMADS. Encaminhamento da Comissão: Devido ausência dos Conselheiros o Coordenador encaminhou para o CDA dia 22/05 os seguintes encaminhamento: 01 - Minuta de Resolução e 02 - Solicitar ofício a SMADS solicitando Proposta de Utilização dos Recursos não executado. Deliberação do Plenário: aprovado. 2) Análise CEDESP. A Comissão terminou a Análise dos Termos de Convênios dos CEDESPs e constatou que todos os convênios assinados no 4º Trimestre de 2014 tinha no quadro de RH nas funções de Agentes Operacionais funcionários acima do limite e em dezembro de 2014 a SMADS fez 32 Termo de Aditamento com as Organizações. Os ajustes dos convênios deu uma redução de R\$ 155.772,38 mensal ou R\$ 1.868.268,56 anual no orçamento aprovado em dezembro de 2014 para o ano de 2015. Encaminhamento da Comissão: Encaminhar ofício para SMADS sugerindo os gastos de R\$ 1.869.268,56 nas seguintes despesas: 1º Ampliação do Centro para Juventude com perfil CEDESP, 2º Destinar parte para XI Conferência Municipal de Assistência Social e 3º Capacitação para os Centro para Crianças e Adolescentes. Deliberação do Plenário: aprovada a proposta de solicitar para a SMADS ofício com as propostas apresentadas pela CFO. 3) Análise Família em Foco: Encaminhamento da Comissão: Não houve tempo para debate. Deliberação do Plenário: Não há pauta para deliberação do plenário. 4) IGD Bolsa e IGD SUAS: A Comissão recebeu os Demonstrativos do IGD Bolsa e IGD SUAS para análise. Encaminhamento da Comissão: Dia 25/05 o Coordenador Interino vai participar da reunião da Comissão Bolsa Família. Deliberação do Plenário: Não há pauta para deliberação do plenário. 5) Execução Financeira Municipal (SMADS) 2014. Encaminhamento da Comissão: Não houve tempo para o debate. Deliberação do Plenário: Não há pauta para deliberação do plenário. 6) Serviços Centro para Juventude. Encaminhamento da Comissão: A Comissão solicita cópia dos Termos de Convênio dos antigos CJ, Termo de Convênio dos atuais CJ/CEDESP e Termos de Aditamento dos CJ que estão virando CEDESP do período de janeiro à maio de 2015. Deliberação do Plenário: Não há pauta para deliberação do plenário. Coordenação e Relatoria: Natanael de Jesus Oliveira. Quanto ao próximo item de pauta 8.2, referente a Comissão de Políticas Públicas, Legislação e Defesa de Direitos – CPPo Conselheiro Natanael, conforme solicitado pela Conselheira Valéria Reis, informa que não fará a leitura das memórias, tendo em vista que são extensas, e tratou do debate sobre o PLAS, esclareceu também que na próxima reunião da CPP, farão proposta para concluir a leitura e debate do PLAS que ficaram pendentes. Como não houve presença dos conselheiros na última reunião, não houve demanda para a plenária, informou que no dia 15 de maio, fez encaminhamentos internos, de acompanhamento dos projetos, e que não haveria matéria nesta plenária para análise. Registra-se portanto, as memórias da CPP anteriores. Memória da CPP do dia 13 de abril Memória da Reunião Extraordinária da Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantia de direitos – CPP AMPLIADA - 13/04/2015 - Horário Das 09h00 às 17h00. Conselheiros Presentes: Poder Público: Claudia Elizabeth da Silva. Sociedade Civil: Valéria da Silva Reis Ribeiro, Natanael de Jesus Oliveira, Jose Luiz da Silva. Ausências Justificadas: Carlos Nambu, Cassia Goreti da Silva, Valéria Cristina Lopes Prinz, Daniel Martins Silva, Zorobabel Mendes Rodrigues. Gabriela Biazí Justino da Silva. Conselheiros Ausentes: Maria Aparecida Nery, Walter Antonio Morato, Marisa Altomare Ariente, Maia Aguilera Franklin de Matos. Assessoria Técnica: (Secretaria Executiva): Daiane S. Liberi. Pauta: LEITURA DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PLAS 2014/2017. Tendo em vista que fizemos a contagem dos presentes, e como tínhamos apenas 3 pessoas da sociedade civil às 10h13, optamos por cancelar a reunião uma vez que o início estava previsto para às 9h00, ate mesmo por ser uma matéria de grande relevância e que precisará de participação mais efetivos dos membros desta comissão. Logo em seguida tivemos a chegada de 1 membro do Poder Público, e mantivemos o cancelamento dos trabalhos, uma vez que entendemos ser necessário maior participação dos integrantes desta comissão e que se iniciarmos a leitura e destaques do conteúdo proposto, fragilizariamos o debate, não sendo possível retornarmos o material para novamente debater em outra oportunidade na CPP. Diante deste posicio-